



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: “A SITUAÇÃO ATUAL DO BIOMA DA CAATINGA E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.”

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às nove horas, no auditório da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Petrolina, iniciou-se a Audiência Pública sobre a situação atual do Bioma da Caatinga e o papel do Ministério Público, sob a Presidência do Conselheiro Jarbas Soares Júnior, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Presentes o Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MP/PE), Aguinaldo Fenelon, representando o Procurador-Geral de Justiça do MP/PE; O Procurador Regional do Trabalho e Coordenador do Fórum Nacional de Combate dos Impactos dos Agrotóxicos, Pedro Serafim; o Ouvidor-Geral do Ministério Público de Pernambuco, Antônio Carlos Cavalcanti; a Promotora de Justiça de Petrolina, Ana Rúbia Torres de Carvalho; o Coordenador do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente (CAOP – Meio Ambiente), André Felipe de Menezes; o Procurador da República, Leonardo Martinelli. Presentes, também, o Prefeito do Município de Petrolina Júlio Lóssio; a Vereadora da Câmara Municipal de Petrolina Maria Helena de Alencar; o Gerente Substituto de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, João Arthur; o Advogado da Confederação Nacional das Indústrias, Marcos Abreu Torres. Iniciados os trabalhos, o **Presidente, Jarbas Soares Júnior**, agradeceu o apoio do Ministério Público do Mato Grosso para realização da presente Audiência Pública e cumprimentou todos os presentes, passando, em seguida, a explicar o papel institucional do CNMP, a dinâmica e a relevância da Audiência Pública. **O Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Aguinaldo Fenelon de Barros**, saudou a todos e afirmou que o Ministério Público (MP) Brasileiro interage com a sociedade através do CNMP, que altera uma visão punitiva para uma construtiva. Ressaltou que o CNMP está tentando juntar as entidades, a sociedade civil e os demais órgãos para interagir com a população e encontrar soluções. Em seguida o **Presidente** complementou que o papel da Audiência Pública, além de interagir, dialogar, conversar e agir é entender o processo como um todo. **O Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Carlos André Cavalcanti**, salientou o trabalho do prefeito pela disposição em relação às políticas ambientais, destacando o pagamento por serviço ambiental das propriedades rurais que considera um trabalho muito importante para conservar a Caatinga. Ressaltou problemas graves, como o avanço do nível médio do mar, a erosão marinha, a dinâmica econômica na Zona da Mata, as enchentes e todo o trabalho de contenção que tem de ser feito. Pontuou que Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) têm se preocupado com o Sertão e com o Agreste, pois possuem 90,6% do território suscetível ao processo de desertificação. Acrescentou que a SEMAS direciona o seu planejamento para o semiárido. Enfatizou que estão sendo realizados os chamados Encontros Territoriais para discutir o problema e focar em políticas públicas que possam ser localizadas e contextualizadas a estes territórios. Pontuou que a Conservação da Biodiversidade no semiárido é prioridade. Mencionou que, de março de 2011, quando a Secretaria foi criada, até março de 2015, foram criadas seis unidades de conservação, sendo a última, o Refúgio de Silvestre do Tatu Bola. Complementou que 10 estudos estão em curso para criação de novas unidades de conservação no semiárido. Destacou a referência que Petrolina e o prefeito Júlio Lóssio têm dado em relação ao Estado no intuito de envolver os proprietários rurais no processo de conservação da biodiversidade. Pontuou o projeto de aplicação de fomento ao desenvolvimento econômico para os territórios vulneráveis ao processo de desertificação, o chamado Semiárido Energético, pois utiliza o mapeamento que está sendo feito junto à Secretaria de Recursos Energéticos do Estado. Explicou que são identifica-



dos nesses territórios os tipos de empreendimentos mais adequados para, em curto prazo, existir fomento para sua instalação e que as propriedades rurais possam produzir energia de maneira eficiente, tanto para o seu sustento, como para a venda da comercialização da energia produzida nessas propriedades. Considerou que esse processo viabilizaria o sustento econômico para essas famílias. Ressaltou que o Conselho Estadual do Meio Ambiente está deliberando uma resolução que define impacto local, demandado pelo Ministério Público, e que essa definição vai facilitar a priorização de áreas passíveis de licenciamento e fiscalização pelos municípios. Explicou sobre os modos de manejo da agrobiodiversidade, através do desenvolvimento de arranjos produtivos locais no entorno das unidades de conservação e o envolvimento as pessoas e as comunidades que estão nessas áreas a fim de tornar possível a interação das pessoas com a conservação da biodiversidade, visualizando os princípios ativos das espécies nativas que poderão entrar em uma indústria da biotecnologia. Destacou um trabalho em curso de planejamento com o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), para a produção de dois milhões de mudas de mandacaru, para recuperar áreas degradadas do semiárido, pois o mandacaru é uma planta muito resistente e que não precisa de irrigação. Por último, pontuou que o governo encaminhou a Política de Pagamentos por Serviços Ambientais à Assembleia, fundamental para identificar as áreas prioritárias no território Pernambucano para que haja equalização dos proprietários e das áreas que foram protegidas. O **Presidente** enfatizou que as ações governamentais são necessárias e que o Ministério Público está fazendo sua parte, como em Minas Gerais, onde foram criadas as Promotorias de Bacias Hidrográficas. O **Prefeito Júlio Lóssio** afirmou que tem trabalhado em algumas iniciativas no que tange ao meio ambiente. Salientou que Petrolina cresce mais do que Pernambuco e que o Brasil e que possui uma dinâmica diferenciada em relação às demais cidades do semiárido, mesmo nos momentos de crise, pois exporta frutas e tem o terceiro maior PIB do agronegócio brasileiro. Comentou sobre a elaboração do livro "Os bichinhos da Caatinga", elaborado por ele e pela professora Ana Barros. Destacou os projetos Ecovalle, que trabalha a questão da reciclagem em parceria com os catadores; e Ecomoney, no qual se concede desconto no IPTU aos investidores de energias alternativas, especificamente, energia solar e micro gerador eólico, desde que sejam comprados na cidade. Mencionou a Unidade de Conservação da Caatinga, que é uma alternativa econômica ao caatingueiro, em que o homem que conversar a caatinga receberá um salário mínimo por mês, proporcional ao número de hectares, limitado a 50. Em seguida, a **Vereadora da Câmara Municipal de Petrolina Maria Helena de Alencar** saudou a todos e elogiou a iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público. O **Presidente** enfatizou que basta ter criatividade e persistência para não desanimar com as dificuldades e que a audiência pública não é um ato que encerra no dia, ela inicia uma Ação Nacional Coordenada do Ministério Público Brasileiro. O **Professor Doutor da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Luiz Cezar Machado Pereira**, declarou que é professor da disciplina de Manejo de Fauna da Universidade Federal do Vale do São Francisco, do curso de Ciências Biológicas, e que está com a missão de trabalhar com a Transposição do Rio São Francisco. Enfatizou que, com a entrada do gado na Caatinga, o índice de herbivoria das plantas da Caatinga, principalmente as nativas, aumentou consideravelmente. Ressaltou que não é contra a criação de ovinos e caprinos, mas que é preciso saber utilizar e desenvolver estratégias zootécnicas. Mencionou que a questão da herbivoria também está associada diretamente ao baixo índice de desenvolvimento da fitofisionomia da Caatinga brasileira. Enfatizou duas questões: a necessidade de se trabalhar a conservação da natureza para além das unidades de conservação e a fragmentação dos Biomas através de estradas, grandes empreendimentos e do crescimento populacional. Afirmou que há polêmica em relação ao processo de desertificação, de modo que se discute em que medida a desertificação é natural ou pela ação humana. Afirmou que a Caatinga é um Bioma frágil e muito sensível. Explicou que a Caatinga brasileira tem bordas que encostam na Amazônia, no cerrado, na Mata Atlântica, as quais são chamadas ecotonais, que fazem com que se tenha tipos de vegetações diferentes. Ressaltou que o fator predominante e o grande desafio à proteção do Bioma Caatinga é a água. Explicou que o Projeto da Transposição do Rio São Francisco é um projeto desafiador, pois tira água do rio e leva para outras bacias da



Caatinga Setentrional. Citou que um eixo sai de Cabrobó e leva água para os Rios Apodí e Jaguaribe, e outro que leva ao Rio Paraíba. Mencionou que, na fase atual do projeto, já estão sendo instalados os trechos que saem do estado de Pernambuco e do Ceará, de modo que aproximadamente 70% da obra física já está executada. Afirmou que a vegetação da Caatinga tem um poder muito grande de atrair animais, mesmo seca. Citou um projeto que tem Canais de Reservatórios e Estações de Bombeamento de onde se tira o recurso natural de uma região e leva para outra e também o projeto de criação de um Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga para atender o Projeto de Integração do Rio São Francisco. Manifestou a sua preocupação referente aos impactos ocorridos pela obra de transposição do rio e do modo de vida do homem. Comentou que vai chegar o momento em que não vai mais haver *habitat* para as espécies nativas e que isso tem consequências gravíssimas na extinção das espécies locais, passando outras espécies a ocupar o local. Mencionou também o programa de monitoramento da ictiofauna, que monitora e acompanha um caminho artificial para os peixes que estão no Rio São Francisco, por causa da transposição. Citou um trabalho junto com o Ministério Público de colocar Barreiras Artificiais para que algumas espécies de peixes não passem da bacia doadora para as bacias receptoras, pois isso interferiria também na genética dos peixes. Salientou também a questão do impacto dos agrotóxicos, que se difundem pelas águas. Em seguida a **Promotora de Justiça Ana Rúbia Carvalho** agradeceu a apresentação do professor e passou a palavra à 1ª inscrita. A **professora e coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental do Município de Petrolina, Magda Mangabeira**, ressaltou a questão das plantas herbáceas e dos insetos da Caatinga, que precisam ser mais estudados, pois ainda há descobertas e identificações a serem feitas. Sugeriu que as políticas públicas voltadas à Caatinga se preocupem também com o extrato herbáceo. Destacou a questão da educação ambiental na educação básica. O **Representante da Comissão Revitalização do Caboclo, Cosme José Cavalcante Ramos**, declarou que a Caatinga está acabando por causa dos desmatamentos, das queimadas, da falta de proteção aos mananciais, da flora e da fauna em extinção, da contaminação do solo com agrotóxicos e fertilizantes, dos lixões, das matrizes energéticas destruindo o que resta da Caatinga, das cerâmicas ainda arcaicas que usam a lenha da Caatinga para mover seus fornos, sendo que existem outras possibilidades de matrizes energéticas, da falta de preservação e da falta de sensibilização das Comunidades Sertanejas. Enfatizou a questão da educação ambiental nos lares e nas famílias e a falta de apoio dos Governos Estadual e Federal. O **professor e agricultor José Amaral da Luiz Damasceno** destacou o problema da entrada da Cochonilha no Brasil, que está acabando com a vegetação nativa. Salientou que as fábricas de cerâmica que estão se instalando em Pernambuco estão consumindo a madeira da caatinga. Questionou ao Ministério Público de que forma tudo isso está sendo visto. O **técnico da Secretaria de Meio Ambiente de Juazeiro, Ademir Fernandes da Silva**, ressaltou que os problemas que mais aparecem ou que causam os maiores danos ao Bioma Caatinga são o desmatamento, inclusive nas áreas urbanas, principalmente com o avanço das construções, de lotes, loteamentos, condomínios; a desertificação; as queimadas e incêndios, frequentes principalmente por causa da coleta do mel; a caça e o tráfico de animais; resíduos sólidos; e agrotóxicos. Sugeriu a melhoria das estruturas dos órgãos ambientais, responsáveis pelo licenciamento e autorizações, que estão sucateados. Pontuou a necessidade de melhorar as estruturas dos centros de triagem e das áreas de soltura já existentes, além de criar outras. Enfatizou a importância de incentivar e apoiar eventos como esta Audiência Pública, em que são apresentadas propostas, ciências, pesquisas, dados e informações para que todos possam se engajar. Ressaltou a importância de estimular, promover a produção, distribuição e veiculação de interprogramas, programetes - pequenos programas, esportes ou chamadas na mídia. Propôs que se convide instituições parceiras do Ministério Público para dar continuidade, qualificada e ampliada, a este debate. O **Doutorando em Educação Ambiental Aloísio Ferreira Gomes** informou que faz parte do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e representa a OSCIP Jovem Sertão, que é uma organização não governamental, a primeira do Sertão a adquirir áreas de Caatinga, especificamente, para preservação. Propôs ao Ministério Público uma emenda à Constituição Brasileira para que se insira a Caatinga e o Cerrado como Patrimônio



Natural da Nação Brasileira. Sugeriu ao Conselho Nacional do Ministério Público para criar um assento permanente de um representante para a Educação Ambiental Brasileira. Afirmou que se o Ministério Público tiver um assento de um representante da Educação Brasileira na Educação Ambiental existirá um debate mais aprofundado. **A servidora do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Solange Maria Dantas Gomes**, destacou a questão da Educação Ambiental e a dos resíduos da cidade. Afirmou que o município vem tentando implantar coleta seletiva com dificuldades, com erros e acertos, e que a situação de trabalho dos catadores é muito precária, difícil e precisa ser melhorada. Pontuou a questão do crescimento populacional acentuado na região e a necessidade de se aperfeiçoar a coleta de resíduos. **O Engenheiro Florestal e pesquisador da Embrapa Semiárido, Iedo Bezerra Sá**, ressaltou a importância de conhecer o Bioma. Informou que está elaborando, junto com o Secretário-Executivo da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, um atlas sobre os processos de desertificação no semiárido do Brasil envolvendo duas variáveis importantes: a cobertura natural e a parte antropizada. Notou que o trabalho concluiu que o agreste está mais danificado que o sertão. Informou que isso está mudando porque existe muita atividade econômica transformando o Bioma e destacou a importância de existir soluções para que os proprietários tenham alguma alternativa. Destacou que hoje é mais fácil conseguir uma licença do IBAMA ou CPRH para uso alternativo do solo do que para fazer manejo. Ressaltou que tem que existir uma fiscalização mais eficiente, não no sentido punitivo, mas de orientação e de facilitação, para que as pessoas possam utilizar a Caatinga de forma sustentável. **O representante da Maracatu Nação Matanguera, Wagner Miranda Lima**, sugeriu que se sejam lançados editais específicos o fomento da preservação da Caatinga do Meio Ambiente e para que diversas instituições possam concorrer e ter acesso a uma verba para ações voltadas para a Caatinga. Destacou que a empresa AGROVALE, é uma empresa muito grande, que gera muito emprego, muito forte e que ajuda na economia da Região precisa de investimentos para que não despeje a fuligem e a fumaça no meio ambiente. **O Advogado da Confederação Nacional da Indústria, Marcos Gabriel Abreu Torres**, descreveu a Caatinga como um ecossistema rico, 100% brasileiro e com uma biodiversidade extremamente endêmica e complexa. Afirmou que a indústria não vê a Caatinga como desafio, e sim como um potencial de negócios, de ofertas de bens e serviços únicos no Brasil, para uma população que demanda, cada vez mais, produtos sustentáveis e produtos regionais e que não agridam e não comprometam a sustentabilidade do país e do planeta. Descreveu a Caatinga como um ambiente habitável, próspero e sustentável pela ação do homem, sem perder as suas características. Salientou o diálogo entre o Poder Público, a EMBRAPA e a Indústria Local, que fez gerar indústrias, empregos e riqueza para o estado. Sugeriu ao Ministério Público Estadual estabelecer esse canal de uma forma mais presente e ao Conselho Nacional do Ministério Público que se fortaleça a unidade e a harmonia na atuação dos promotores do país inteiro. **O Presidente do Sindicato das Indústrias do Gesso, Josias Inojosa de Oliveira Filho**, informou que 97% da produção nacional de gesso é realizada no interior de Pernambuco e que isso gera 13.800 empregos diretos naquela região e cerca de 70.000 indiretos. Destacou que o setor produtivo precisa de apoio, pois gera riqueza e emprego e parabenizou o Ministério Público pelo apoio, orientação e proximidade. **O professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, José Alves de Siqueira Filho**, destacou o desejo da Universidade de compreender onde estão as ações propositivas de mudanças de paradigmas para a Caatinga junto com outras instituições. Pontuou que a Universidade veio para ajudar na formação de Recursos Humanos qualificados com o envolvimento de vários cursos de Graduação e Pós-Graduação. Ressaltou que é papel da Universidade pensar em caminhos e em soluções que integrem mudanças. Exemplificou com o manejo adequado de caprino-ovicultura, os modelos anti-irrigação e o melhoramento vegetal. Destacou que o Vale do São Francisco é a região que mais produz frutas no mundo, de modo que possui altos índices de agrotóxicos, inadmissíveis em um país como o Brasil, que pensa em estar na Vanguarda. Mencionou também a questão da Biodiversidade e ressaltou que os pesquisadores continuam descrevendo espécies novas para a ciência. Afirmou que uma das principais emergências é implantar as grandes unidades de conservação na Caatinga, como o caso do Boquei-



rão da Onça, na Bahia. Enfatizou a necessidade do Brasil, país signatário da Convenção da Diversidade Biológica da ONU, proteger pelo menos 10% dos seus Biomas. Sugeriu que é necessário o diálogo entre Secretários do Meio Ambiente e dos Estados para que a biodiversidade seja preservada. **O representante da Cooperativa de Catadores Comarca, José Ivo dos Santos**, informou que trabalha na coleta seletiva e que seu trabalho é uma grande contribuição para a preservação do meio ambiente. Ressaltou as condições precárias de trabalho e qualidade de vida dos catadores e fez um apelo para que as pessoas e as instituições colaborem com a separação e a destinação adequada do lixo. **A professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco Cheila, Nataly Galindo Bedor**, ressaltou que não se pode pensar em fortalecer um Bioma sem pensar na população que vive lá, como a ribeirinha e a quilombola. Manifestou preocupação em relação ao uso de agrotóxicos, que causa intoxicações aguda e crônica. Informou que o índice de câncer na região é igual a qualquer região agrícola do Brasil, que é maior do que as regiões não agrícolas. Declarou que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo e investe mais no agrotóxico do que na agroecologia, que, na sua opinião, seria a solução. Mencionou que não há recursos que permitam mensurar a contaminação da água. Mostrou preocupação com o Bioma Caatinga e com o Rio São Francisco, que estão acabando. Destacou que o papel do Estado é preservar a caatinga e que é necessário trabalhar em conjunto para que o Bioma não acabe. **O Coordenador do Programa de Proteção da Caatinga, Expedito Eugênio Cavalcante Ramos**, explicou como foi a formação do Conselho Municipal da Caatinga, instituído por lei, e sobre o programa de Proteção da Caatinga, já consolidado, em que o proprietário rural recebe um valor mensal em dinheiro para que preserve sua propriedade. Destacou que há esforços para captar mais recursos e ampliar o Programa. Em seguida, **a professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Rosemeire Moura**, falou de seu trabalho, "Redescobrimo a Caatinga", que existe há 5 anos. Enfatizou que é preciso interação e integração para o compartilhamento dos conhecimentos acadêmicos para fortalecer o Bioma. Enfatizou a importância de se conhecer o Bioma da Caatinga para que possa valorizá-lo. **O representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA), João Arthur Seyffarth**, declarou que trabalha na Secretaria de Biodiversidade e Florestas e, desde 1997, trabalha com o Bioma Caatinga. Sugeriu que o Ministério Público se una para aprovar a PEC que transforma a Caatinga em patrimônio nacional. Solicitou que seja melhorado o monitoramento de dados e que eles sejam divulgados todos os anos para que se possa acompanhar os estágios de conservação e fisionomia, bem como orientar as Políticas Públicas. Destacou a necessidade de criar as unidades de conservação na Serra do Teixeira, na Paraíba, e do Boqueirão da Onça, na Bahia. Afirmou que o Estado precisa assegurar o aumento da área protegida do Bioma Caatinga. Elogiou o Estado de Pernambuco, por estar fazendo sua parte. Mencionou o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia, que é uma das melhores e mais bem sucedidas políticas públicas da área ambiental. Informou que os recursos destinados à promoção do Uso Sustentável da Caatinga e Conservação da Caatinga aumentaram. Mencionou a luta para que o recurso da Caatinga seja tão grande quanto o recurso do Cerrado e da Mata Atlântica. Enfatizou a importância de criar ferramentas de suporte à tomada de decisões, atualizando o processo de priorização de áreas da Caatinga com informações mais robustas e que estas informações orientem os processos de licenciamento, de fiscalização e de criação de unidades de conservação. **O representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), José da Luz Alencar**, ressaltou a importância da Audiência Pública, que integra diversos órgãos. Sugeriu que houvesse a interação entre os órgãos e a população e que os encaminhamentos do Ministério Público Estadual e Federal sejam reportados diretamente à Superintendência do Estado, a fim de agilizar os processos. Destacou, ainda, a atuação conflitante da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), do IBAMA e da Agência Municipal de Meio Ambiente (AMA), devido a diferenças no arcabouço normativo dessas instituições. **O Procurador Regional do Trabalho e Coordenador do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva**, ressaltou que o Ministério Público se preocupa com o uso dos agrotóxicos e com o Polo Gesseiro. Mencionou que essas questões devem ser discutidas com o setor econômico a fim

de mudar certos paradigmas. Destacou a importância do controle social, com a participação da sociedade civil e do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. Salientou que o CNMP se encaixa na perspectiva de articular o combate ao uso indiscriminado dos agrotóxicos nos diferentes ramos do Ministério Público. Citou, também, o Fórum Regional de Combate aos Impactos de Agrotóxicos que vai articular a academia, o setor econômico e todas as áreas da sociedade para a proteção. Concluiu que há muito desconhecimento sobre a Caatinga e ressaltou sua preocupação em utilizar agrotóxicos para matar até mesmo aquilo que ainda não se conhece. **O Professor da Universidade Estadual da Paraíba, João Damasceno**, propôs ampliar e consolidar os grupos de trabalhos voltados para os estudos e diagnóstico do Bioma Caatinga e provocar uma rede consorciada de estudos de Educação Ambiental. Ressaltou a importância de se unificar o discurso, pois a Caatinga abrange a Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, e atinge em torno de vinte e dois milhões de pessoas. Afirmou que existe um significativo potencial para produzir e criar uma política unificada, mas equânime em situações pontuais, tendo em vista que serão abrangidas regiões diversificadas. **O Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultural, Habitação e Urbanismo, André Felipe Barbosa de Menezes**, afirmou que o Centro de Apoio tem a responsabilidade de agregar os Promotores de Defesa do Meio Ambiente e todos defensores da área ambiental. Salientou que o Ministério Público Brasileiro enfrenta grandes questões. Destacou que a proteção do Bioma Caatinga tem suas particularidades e especificidades e que precisa da reunião de diferentes saberes e entendimentos. Pontuou que para defender a sociedade é preciso ouvir, saber dos anseios, compreender as angústias e trabalhar pelas soluções e o Ministério Público tem estado atento a todas as intervenções. Registrou que o Centro de Apoio Operacional está montando um seminário de Educação Ambiental e está convocando todos os professores para tirar a Política Nacional Ambiental de Educação Ambiental do papel. **O cidadão Raimundo Galvão Batista** se apresentou e relatou a importância da união. Enfatizou que possui muitos conhecimentos sobre a fauna e a flora da Caatinga e se dispôs a ajudar nos estudos. Defendeu a possibilidade de se adotar um modelo sem agrotóxicos na região, como na França e outros países. Destacou que tem vários projetos, inclusive com a EMBRAPA, que podem ajudar na proteção do Bioma, mas que encontra obstáculos por falta de formação acadêmica. **O gestor da Área de Proteção Ambiental do Lago do Sobradinho, Manoel Rodrigues da Motta**, relatou o problema do uso e da ocupação do espaço de lagos artificiais em todo o Brasil. Afirmou que uma solução seria, através de intervenção do MP, junto com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Governo Federal, definir a Área de Proteção Ambiental (APA) e georreferenciá-la. Destacou que outra solução possível seria a adesão dos Municípios ao cadastro técnico multifinalitário, instituído por Portaria do Ministério das Cidades, a fim de melhorar o ordenamento. Pontuou outra preocupação que é o uso dos corpos d'água, que estão sendo transformados em esgoto nas cidades. **O representante da 3ª Superintendência da CODEVASF, Eljalma Augusto Bezerra**, mencionou o desenvolvimento de alguns arranjos produtivos que visam à preservação da Caatinga, dentre eles, a apicultura. Informou que à medida que a apicultura é desenvolvida de forma ordenada, evita-se, também, as queimadas e as retiradas indevidas de enxames. Destacou que a falta de interação entre os órgãos cria obstáculos para algumas instituições que já detêm unidade de beneficiamento de mel possam a vir ser registradas. Pontuou a necessidade de maior interação dos órgãos da fiscalização para que se possa trabalhar em prol de ações inclusivas. Salientou que o poder público tem demorado para fazer as análises necessárias, o que prejudica o andamento de projetos como o esgotamento de Moreilândia e a casa de mel dos apicultores de Petrolina. **O professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, Dagoberto da Silva Freitas**, afirmou que a Universidade tem um projeto de assessoramento remoto que atua na Chapada Diamantina, que pode ser utilizado na região da Caatinga. Mencionou a tentativa de criar um projeto de rede com os Professores da UNIVASF e tentar desenvolver um levantamento da região para aferir a degradação da Caatinga. Ressaltou a importância de se considerar os indivíduos que vivem no Bioma e de desenvolver projetos de pesquisas que tenham aplicação direta na comunidade.





CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Enfatizou que o papel do Ministério Público é provocar a Universidade para que ela extrapole seus espaços internos e possa contribuir com a sociedade. O diretor do Órgão Ambiental do Estado do Ceará, **Djalma Paiva**, mencionou que o estado do Ceará tem a proposta de acabar com a isenção de imposto sobre os agrotóxicos. Noticiou que os investidores e os trabalhadores da agricultura estão querendo fazer o reflorestamento com espécies que não são nativas do Nordeste. Posicionou-se contra esse tipo de reflorestamento e defendeu que as espécies devem ser nativas. Afirmou que houve pesquisas para embasar essa decisão e que tema a expansão dessa prática para outros estados. A representante da **EMBRAPA Semiárido – Petrolina, Lúcia Helena Piedade Kill**, mencionou que, muitas vezes, as alternativas para uma determinada região, não o serão para outras regiões. Ressaltou a importância de se resgatar os fóruns já existentes, que poderiam ser utilizados para discutir as diferentes realidades e atender as necessidades de cada local, evitando Políticas Públicas generalistas e de difícil implementação. Por fim, a **Promotora de Justiça Ana Rúbia Carvalho** agradeceu a presença dos participantes e declarou encerrada a Audiência Pública. Assinam esta ata Jarbas Soares Júnior, Conselheiro Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDE), e eu, Lília Milhomem Januário, Analista da CDDE, que a redigi.

Jarbas Soares Júnior

Conselheiro Nacional do Ministério Público
Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

Lília Milhomem Januário

Analista Processual do Conselho Nacional do Ministério Público
Assessora da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

